

## COMENTÁRIOS DA PROVA POLÍCIA CIVIL PARÁ - DELEGADO

### DIREITO CONSTITUCIONAL – QUESTÕES 31 A 40

#### QUESTÃO 31 - E

Nos termos § 3º do artigo 55, nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será **declarada** pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. (Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador: III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada)

#### QUESTÃO 32 - A

Conforme o artigo 11, da Lei 13.300/2016, segundo o qual "a norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos **ex nunc** em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável".

#### QUESTÃO 33 - D

Segundo artigo 17, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - caráter nacional;II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

#### QUESTÃO 34 - A

Na forma do inciso I do artigo 24, "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico".

#### QUESTÃO 35 - C

Os analfabetos e os maiores de 16 e menores de 18, embora inelegíveis, são alistáveis.

#### QUESTÃO 36 - D

Trata-se de uma hipótese de inconstitucionalidade material, também conhecida na doutrina como nomoestática.

#### QUESTÃO 37 - C

Nos termos do § 5º do artigo 103-B, "o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor", no CNJ.

#### QUESTÃO 38 - D

Conforme o § 2º do artigo 208, "o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente".

#### QUESTÃO 39 - D

O Art. 86 estabelece que "admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade".

#### QUESTÃO 40 - A

Conforme o § 1º do artigo 62, "é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral".



**Wellington Antunes** – Professor de Direito Constitucional. Licitações, Contratos e Convênios. Servidor Efetivo do MPU. Aprovado para Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados/2014 (aguardando nomeação) Aprovado para Analista de Finanças e Controle da CGU (aguardando nomeação). Graduado em Administração Pública. Pós Graduado em Direito Administrativo no IDP (Especialista). Instrutor interno do MPU (atuante na área de Licitações e Contratos, entre outras funções - pregoeiro, elaboração de Editais, Projetos Básicos e Termos de Referência, instrução de processos de dispensa e de inexigibilidade).